



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Comarca de Catalão Gabinete do 2º Juizado Especial Cível e Criminal

Autos nº: 5027791-66.2025.8.09.0029

Promovente(s): ---

Promovidos(s): Whatsapp - Meta Facebook Serviços Online Do Brasil Ltda.

DECISÃO

Nos autos do processo em epígrafe, verifica-se que a parte demandada, **Whatsapp Meta Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.**, não cumpriu a decisão liminar que determinou o restabelecimento do acesso ao número de telefone vinculado ao WhatsApp Business do autor, ---. Desde a ordem judicial, a demandada não apresentou comprovação de cumprimento, ocasionando prejuízos contínuos ao autor, que utiliza a plataforma para atividades comerciais essenciais.

Pois bem.

A majoração das astreintes está amparada nos artigos 537, § 1º, do Código de Processo Civil, que permite a alteração do valor da multa para assegurar o cumprimento da obrigação. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também sustenta que as astreintes devem ser proporcionais e suficientes para compelir o devedor a cumprir a obrigação, sem se tornarem excessivas (REsp 1.333.988/SP).

O não cumprimento da decisão judicial pela demandada tem causado sérios impactos ao autor, que está impossibilitado de utilizar sua principal ferramenta de comunicação e trabalho. Tal situação compromete a continuidade de suas atividades profissionais e causa prejuízos financeiros consideráveis. A manutenção do descumprimento fere o princípio da efetividade da tutela jurisdicional, exigindo medidas mais severas para garantir o cumprimento.

Em que pese a parte demandada insistir em dizer que o contato do autor se encontra "disponível", não carrou provas concretas. O print anexado (unilateral) não é suficiente a comprometer a prova (vídeo) anexado pelo autor no evento 25, onde restou demonstrada a impossibilidade de acesso ao whatsapp business.

Diante da gravidade do descumprimento e da capacidade econômica da demandada, que integra um conglomerado multinacional, **MAJORO a multa diária para R\$ 3.000,00, limitada a R\$ 50.000,00**. Este valor é razoável e proporcional, considerando a necessidade de compelir a demandada a cumprir a obrigação sem se tornar excessivo.

A demandada deverá restabelecer o acesso do autor ao número de telefone vinculado ao WhatsApp Business no prazo máximo de 48 horas, a contar da intimação desta decisão.

Em caso de novos descumprimentos, a multa poderá ser novamente majorada e outras



medidas coercitivas poderão ser aplicadas, incluindo a possibilidade de bloqueio de contas bancárias ou a suspensão temporária de atividades no país.

Intime-se. Cumpra-se.

Catalão, datado e assinado digitalmente.

Luiz Antônio Afonso Júnior Juiz de Direito

Valor: R\$ 20.000,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimento do Juizado Especial Cível
CATALÃO - UPJ JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS - 1.º E 2.º
Usuário: - Data: 11/02/2025 16:00:39



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 10/02/2025 14:57:56

Assinado por LUIZ ANTONIO AFONSO JUNIOR

Localizar pelo código: 109087615432563873711148144, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>